

**CEUB**

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

**REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY**

**Proposta de um índice síntese  
para o mercado de trabalho  
brasileiro**

**Proposing a synthesis index for  
the brazilian labor market**

Andreia Pereira de Freitas

Gustavo Inácio de Moraes

VOLUME 12 • Nº 2 • AGO • 2022

# Sumário

<b>POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS .....</b>	<b>13</b>
<b>O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA.....</b>	<b>15</b>
Beatriz Souza Costa e Camilla de Freitas Pereira	
<b>“PROGRAMA HOSPEDAGEM PARA IDOSOS” E ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AGENDA.....</b>	<b>34</b>
Fabiana Rodrigues Barletta e Carolina Silvino de Sá Palmeira	
<b>MULHERES, COTA DE GÊNERO E PODER LEGISLATIVO: UMA ABORDAGEM DAS JUSTIFICATIVAS DO PROJETO DE LEI N.º 1.256/2019 À LUZ DO LIBERALISMO IGUALITÁRIO DE JOHN RAWLS .....</b>	<b>58</b>
Victória Taglialegra Salles, Rainer Bomfim e Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia	
<b>PROTECTION OF PEOPLE LIVING WITH HIV/AIDS IN IRAN: CHALLENGES AND RESPONSIBILITIES .....</b>	<b>74</b>
Arian Petoft e Mahmoud Abbasi	
<b>FACILITADOR INTERCULTURAL SORDO EN SALUD PARA CHILE: ANÁLISIS DE LA AGENDA POLÍTICA A PROPÓSITO DE LA POLÍTICA DE SALUD DE MIGRANTES INTERNACIONALES.....</b>	<b>97</b>
Valeria Campos e Ricardo Cartes-Velásquez	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E AMBIENTE DIGITAL .....</b>	<b>124</b>
<b>¿UNA SEGUNDA OPORTUNIDAD? PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES Y AUTODETERMINACIÓN INFORMATIVA EN UNA NUEVA CONSTITUCIÓN CHILENA .....</b>	<b>126</b>
Pablo Contreras	
<b>BRECHA DIGITAL Y EXCLUSIÓN SOCIAL: ¿PUEDEN LAS TIC CAMBIAR EL STATUS QUO? .....</b>	<b>151</b>
Andrés Cernadas Ramos, Bran Barral Buceta e Ángela Fernández Da Silva	
<b>CONSTITUCIONALISMO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAIS: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....</b>	<b>177</b>
José Sérgio da Silva Cristóvam, Raquel Cavalcanti Ramos Machado e Thanderson Pereira de Sousa	
<b>TEMAS DIVERSOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>195</b>
<b>QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: A PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>197</b>
Michelle Araújo Luz Cilli, Waldecy Rodrigues e Alex Pizzio	

<b>PROPOSTA DE UM ÍNDICE SÍNTESE PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO</b> .....	<b>214</b>
Andrea Pereira de Freitas e Gustavo Inácio de Moraes	
<b>A FUNÇÃO DO JURISTA NA DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E O ARGUMENTO DO COST OF RIGHTS</b> .....	<b>234</b>
João Paulo Mansur	
<b>O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL FINLANDÊS E SEU MODELO EDUCACIONAL</b> .....	<b>251</b>
André Augusto P. Brandão e Andrea Bello	
<b>LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL EN RELACIÓN A LA POLÍTICA PÚBLICA EDUCATIVA DE LAS ORGANIZACIONES ASOCIATIVAS AGROPECUARIAS</b> .....	<b>270</b>
Jhon Jairo Mosquera Rodas	
<b>DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS COMPRAS PÚBLICAS</b> .....	<b>288</b>
Ednaldo Silva Ferreira Júnior	
<b>A QUEM SE DESTINAM AS CHAMADAS PÚBLICAS?: OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	<b>308</b>
Raquel Hunger, Flávia Milagres Campos e Susana Moreira Padrão	
<b>BIENES COMUNES URBANOS, DOMINIO PÚBLICO Y AUTONOMÍAS TERRITORIALES: ALGUNAS PROPUESTAS PARA CHILE, A LA LUZ DE LA EXPERIENCIA ITALIANA DE LOS BENI COMUNI</b> .....	<b>327</b>
Benoît Delooz Brochet	
<b>REPENSAR A DEMOCRACIA: A HIPÓTESE DA DEMOCRACIA ALEATÓRIA REVISITADA</b> .....	<b>344</b>
Deo Campos Dutra e Eduardo F. de Oliveira Jr.	
<b>ANÁLISE DO RESP. N.º 975.834/RS: O STJ NA ENCRUZILHADA ENTRE OS DIREITOS DO CONSUMIDOR, SOCIETÁRIO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>364</b>
João Manoel de Lima Junior e Thaíse Zacchi Pimentel	
<b>RELAÇÕES JURÍDICAS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, CENTROS DE PESQUISA PÚBLICOS E TERCEIROS: PARCERIAS ESTRATÉGICAS NO MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b> .....	<b>385</b>
Ricardo Silveira Ribeiro	
<b>A SUSTENTABILIDADE À LUZ DA PERSPECTIVA JURISDICCIONAL “À BRASILEIRA”: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>408</b>
Francieli lung Izolani, Frederico Thaddeu Pedroso, Jerônimo Siqueira Tybusch e Francielle Benini Agne Tybusch	

<b>APORTES DA ANÁLISE ECONÔMICA NO ESTUDO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O RISCO DA PROMOÇÃO DESIGUAL DE DIREITOS.....</b>	<b>426</b>
Daniel Castanha de Freitas, Vivian Lopez Valle e Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto	
<b>AVANÇOS NO DEBATE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: UM OLHAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA .....</b>	<b>449</b>
Jorge Leal Hanai, Suely de Fátima Ramos Silveira e Nina Rosa da Silveira Cunha	
<b>OUTROS TEMAS .....</b>	<b>476</b>
<b>ASPECTOS GERAIS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) .....</b>	<b>478</b>
Antônio Márcio da Cunha Guimarães e Miguel Souza Dantas Neto	
<b>A ESTRUTURA LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DO VOTO DO MINISTRO BARROSO NA ADO 26 E NO MI 4733: UMA REFLEXÃO À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO DIALÓGICO CONTRA-HEGEMÔNICO...</b>	<b>496</b>
Maria Eugenia Bunchaft	

# Proposta de um índice síntese para o mercado de trabalho brasileiro\*

## Proposing a synthesis index for the Brazilian labor market

Andreia Pereira de Freitas\*\*

Gustavo Inácio de Moraes\*\*\*

### Resumo

Este artigo propõe a criação de um indicador consolidado para as condições do mercado de trabalho, por meio de um índice/nota, que reflita a melhora ou a piora de situação desse mercado. Como consequência, posiciona e possibilita o seu acompanhamento ao decorrer do tempo, para além da taxa de desemprego. Para criação do Índice Síntese do Mercado de Trabalho (ISMT), utilizam-se os dados da PNAD Contínua, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do período do primeiro trimestre de 2012 ao quarto trimestre de 2018. O ISMT, além de comunicar de forma simples e direta, permite um olhar por estado das condições do mercado de trabalho.

**Palavras Chave:** indicadores; mercado de trabalho; análise fatorial; Brasil.

### Abstract

This paper proposes to create a consolidated indicator for the conditions of the Brazilian labor market, through an index / score, which reflects the improvement or worsening of the situation of this market. As a consequence, positioning and making it possible to monitor it over time, in addition to the unemployment rate. For the creation of the labor market synthesis index (ISMT), data from the Continuous PNAD, National Household Sample Survey, from the 1st period, are used, from first quarter of 2012 until fourth quarter of 2018. In addition to communicating in a simple and direct way, ISMT allows you to look at the state of the labor market conditions by state.

**Keywords:** indicators; labor market; factorial analysis; Brazil.

## 1 Introdução

Os indivíduos oferecem sua força de trabalho no mercado de trabalho, buscando maximizar bem-estar e: a decisão de trabalhar ou não, a quantidade de horas dedicadas ao trabalho, a qualificação que terá, quando deverá sair do emprego, são decisões que geram a oferta de trabalho<sup>1</sup>. Por outro

\* Recebido em 30/04/2021

Aprovado em 25/06/2021

\*\* Doutora em Economia pela PUCRS.

Email: apf.andreia.freitas@gmail.co.

\*\*\* Professor no programa de pós-graduação de Economia da PUCRS, PPGE-PUCRS. Doutor em Economia Aplicada, Esalq-USP.

Email: gustavo.moraes@pucrs.br

<sup>1</sup> BORJAS, G. J. *Economia do trabalho*. Porto Alegre: AMGH, 2012.

lado, as empresas, considerando-se a maximização do lucro, definem se contratam ou demitem, determinando a demanda de trabalho. Assim, empresas e trabalhadores interagem no mercado de trabalho, encontrando um equilíbrio, que, numa economia de livre mercado, é alcançado quando a oferta é igual à demanda. Governos influenciam as decisões dos trabalhadores e das empresas ao regular as regras do mercado de trabalho, conceder subsídios e/ou impor tributos.

O mercado de trabalho é um tema de múltiplos entendimentos, considerando que o espaço do trabalho deve ser examinado como um todo e, mesmo considerando-se as relações de poder e conflito (enfoque da corrente de pensamento Marxista), o livre mercado e qualificação (neoclássicos), e a intervenção do estado (keynesianos); os aspectos regionais e demográficos podem formar diferentes composições na relação capital-trabalho, de forma que coexista mais de um mercado: o formal, regulamentado, com carteira assinada e leis trabalhistas; e outro informal, em que os participantes não usufruem desses benefícios □ abordados pela ótica da segmentação de mercado<sup>2</sup>.

Independentemente da forma como se olhe para o mercado de trabalho, estão presentes no mercado de trabalho as relações de trabalho, e variáveis como: emprego, desemprego, salário, duração do eventual desemprego, número de horas trabalhadas etc. De natureza múltipla e heterogênea, o mercado de trabalho não apresenta uma comunicação simples e objetiva, ou seja, suas variáveis se interligam formando um complexo, e, atentar, apenas, uma dimensão não permite um diagnóstico preciso de como se encontra o mercado de trabalho. A análise sobre o mercado de trabalho deve considerar as várias perspectivas que formam o todo.

Dessa forma, este artigo tem o objetivo de tornar mais clara a informação sobre o mercado de trabalho e comunicar à condição do mercado de trabalho, indicando uma nota, que revele o estado do mercado de trabalho. Poder contar com um índice síntese que consiga identificar a situação do mercado de trabalho, transmitir, posicionar e acompanhar a sua evolução, juntamente ao ciclo econômico, seria, sem dúvida, um ganho de tempo e de entendimento para orientação da política econômica. Portanto, a intenção desse ensaio é oferecer uma proposta de índice que contemple todas as dimensões do mercado de trabalho, atendendo a complexidade das avaliações de mercado de trabalho e, enfim, responder por meio do índice se o mercado de trabalho melhorou ou piorou, de forma objetiva.

Para isso, utilizam-se os dados da PNAD Contínua, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que investigam, trimestralmente, um conjunto de informações sobre a força de trabalho, objetivando identificar tendências e flutuações da força de trabalho brasileira. O período analisado abrange desde o 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2018, e o estudo está estruturado da seguinte forma: esta seção introdutória, seguida da seção 2, em que se trata da evolução do mercado de trabalho e descreve-se um panorama das diferentes dimensões do mercado de trabalho. Na seção 3, trata-se da metodologia utilizada e apresenta-se uma breve explicação de como se dá a pesquisa da PNAD Contínua. Na seção 4, exibem-se os resultados do estudo; e, na seção 5, relatam-se as considerações finais.

## 2 Evolução do mercado de trabalho e as diferentes dimensões do mercado de trabalho

O Brasil experimenta, principalmente a partir da década de 90, um processo de abertura econômica, que provoca efeitos para a economia como um todo. Os setores econômicos, diante de uma maior concorrência, se veem obrigado a uma reestruturação da produção, em que são desfeitos vários postos de trabalho, diferentes empresas são contratadas para suprir essas funções e, assim, produzir os bens e serviços anteriormente ofertados. Essas alterações trazem uma nova realidade para o mercado brasileiro e suas ocupações,

<sup>2</sup> OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, set./out. 2011.

que, por sua vez, aliado ao crescimento demográfico, exerce maior pressão sobre a taxa de desemprego do país. Ainda podem ser listadas a abertura econômica, a passagem de uma economia inflacionária para uma economia com estabilidade de preços, o processo de privatizações, e a transição do papel do Estado quanto à prevalência das negociações entre empresas e trabalhadores geram implicações sobre o emprego, desemprego, rotatividade do trabalho, informalidade e ganhos reais<sup>3</sup>.

A metade da década de 70 foi sinalizada por mudanças políticas: democratização do país, que surge como alternativa e aversão ao regime militar autoritário; a retomada do movimento sindical; entre outras. Mas essa dinâmica foi impactada pelo corte de financiamento por parte dos Estados Unidos, que, até então, vinha financiando o crescimento econômico, gerando queda da produção industrial e desemprego em massa, o que revela uma situação de desemprego aberto. Como não se dispunha de um sistema de seguro desemprego, a desocupação interage, de alguma forma, com atividades não regulares, que possibilitasse a sobrevivência e a procura por outro trabalho. Assim, o desemprego aberto é acompanhado por outras formas de desemprego difíceis de serem separadas da conjuntura de precariedade que domina a atividade informal<sup>4</sup>.

As transformações econômicas da década de 90, em especial o processo de reestruturação produtiva, mudam o padrão de integração do mercado de trabalho: há uma diminuição dos postos de trabalho, aumento do desemprego, maiores exigências para absorver trabalhadores assalariados; além do aumento de autônomos (em terceirização de serviços, e por conta própria). Esse processo impacta a qualidade de integração do mercado de trabalho, enfraquecendo a proteção dos direitos trabalhistas, contribuindo para queda da renda do trabalho. A resposta à reorganização produtiva e ao desemprego vem se verificando no interior das famílias, em rearranjos de inserção de seus integrantes no mercado de trabalho, que nem sempre conseguem auferir os rendimentos anteriormente configurados<sup>5</sup>.

No período de 2003 a 2010, a economia brasileira apresentou uma elevação da taxa de crescimento, com aumento do consumo e investimento. Os setores mais dinâmicos são intermediação financeira, comércio, indústria extrativa, serviços industriais de utilidade pública, serviços de informação, e construção civil. Destacam-se o segmento de serviços; e, na indústria, as atividades ligadas a commodities e à construção. Já no mercado de trabalho, ressalta-se redução dos indicadores de pobreza, de desigualdade de renda, da taxa de desemprego, da taxa de informalidade e aumento da ocupação total. É atribuído esse resultado ao dinamismo do mercado interno e as condições externas favoráveis. Acrescenta que, mesmo em 2013, onde se apresenta uma queda da atividade econômica, o mercado de trabalho não reverte à tendência de crescimento da renda e do emprego<sup>6</sup>.

O crescimento do PIB em 2007 e 2008 também é decorrente do aumento do consumo e investimento. No entanto, o autor revela que os dados da PME do IBGE indicam que a crise mundial de 2008 não provocou alteração no mercado de trabalho nas metrópoles, pois as atividades econômicas afetadas pela crise não estavam nessas áreas. Considerando-se a evolução do mercado de trabalho metropolitano de 2003 a 2008, verifica-se que: i) o crescimento do PIB não elevou a participação da PEA, dos que moram nas metrópoles; a queda do PIB em 2008 foi acompanhada pela redução da taxa de participação (57% jun/2008 para 56,4% set/2009); ii) o aumento de PIB elevou a participação da PEA nas metrópoles, mas o crescimento da PEA foi menor que a população total; iii) cai a taxa de desemprego do mercado de trabalho assalariado (passando de 16,9% em 2003 para 9,8% em set/2008 — efeito do crescimento econômico sobre o mercado de

<sup>3</sup> CHAHAD, J. P. Z.; MENEZES FILHO, N. A. *Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. São Paulo: Editora LTDA, 2002.

<sup>4</sup> DEDECA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/sYwxkbSHZc6H4hCtRBppGDN/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

<sup>5</sup> MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.

<sup>6</sup> AMITRANO, C. R. Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli. *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

trabalho metropolitano e atinge 10,9% em 2009-); iv) a formalização do mercado metropolitano passou de 69,6% em 2003 para 73,5% em 2008. Chegando em 75,2% em 2009. Dessa forma, segundo o autor, a taxa de participação do mercado de trabalho assalariado, a taxa de desemprego e formalização indicam algum êxito nas medidas adotada pelo governo para manter a atividade econômica<sup>7</sup>.

Numa perspectiva de 2015 menciona-se que a crise mundial de 2008 alterou o contexto internacional, acabando com a melhora em termos de troca comercial externa brasileira, além de aumentar a concorrência internacional sobre a produção interna de produtos manufaturados. A melhora do mercado de trabalho dependeria da expansão da produção, para elevar o poder de compra da renda do trabalho. Segundo o autor, são necessários investimentos em infraestrutura, o que faz com que se aumente a produtividade e está gere ocupações mais especializadas e melhor remuneradas; e o desenvolvimento da própria produção manufatureira. Ainda ressalta que o aumento da produtividade e uma menor dispersão para remuneração do trabalho passa por um aprimoramento da regulação do trabalho assalariado, abrangendo valorização do salário mínimo, melhor organização dos assalariados, obtenção de maiores reajustes no salário, redução da rotatividade e ampliação dos vínculos de trabalho mais estáveis<sup>8</sup>.

Outra interpretação alega que a crise mundial de 2008 afetou o Brasil pela interrupção de capital, alto custo das operações de crédito, que levaram à queda da atividade econômica. Conforme os dados da CAGED, entre out/2008 e mar/2009, a retração afetou os setores mais dinâmicos e os que dependiam de crédito e da demanda externa (agroindústria). Assim, o ajustamento do mercado de trabalho se deu pelo número de ocupações formais: homens com escolaridade mais alta passaram à condição de inativos ou desempregados; mulheres mais velhas (cônjuges) entraram no mercado de trabalho (diminuindo a taxa de desemprego); jovens de 15 a 19 anos de idade apresentaram menor probabilidade de se empregar (aumentando o desalento e diminuindo a taxa de ocupação e de desemprego)<sup>9</sup>. Esses resultados e análises são confirmados, mesmo que para distinto período e com abordagem metodológica distinta<sup>10</sup>.

As alterações estruturais da economia nos anos 90 fizeram com que o país diminuísse a sua capacidade de gerar empregos e renda. A nova configuração das ocupações urbanas, com menor participação da indústria e maior do setor de serviços e comércio, trouxe diminuição da segurança e proteção do trabalhador. Mostra uma maior presença do serviço doméstico remunerado; de pequenos negócios com poucos empregados e sem contrato formalizado; aumento de ocupações de apoio às pessoas e as famílias, organizadas em torno de autônomos e pequenos empreendedores com número reduzido de empregados e sem contrato formal<sup>11</sup>.

O tema da informalidade no Brasil tem sido principalmente explorado no sentido de caracterizar a informalidade, com análises sobre determinantes da variação de salários, presença ou não de segmentação, padrão da mobilidade de trabalhadores entre outros<sup>12</sup>. Levantam-se questões, contudo, que argumentam que a informalidade não está ligada à ideia de precariedade da ocupação, não estando, portanto, relacionada à perda de bem-estar ou desproteção por parte do trabalhador<sup>13</sup>. Argumenta-se que a informalidade pode ser

<sup>7</sup> BALTAR, P. Crise Econômica e Emprego no Brasil. In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

<sup>8</sup> BALTAR, P. O crescimento da economia e o mercado de trabalho no Brasil. *Texto para Discussão, IPEA*, Brasília, n. 2036, 2015.

<sup>9</sup> CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Crise econômica mundial: mudanças nas características do desemprego no mercado de trabalho brasileiro. In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

<sup>10</sup> POCHMANN, M. Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, J. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

<sup>11</sup> BALTAR, P. Emprego e informalidade das ocupações urbanas no Brasil dos anos 90. In: Encontro Nacional dos Estudos Populacionais da ABEP, 11., 2016. *Anais [...]*. [S.l.]: ABEP, 2016.

<sup>12</sup> ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Texto para Discussão, IPEA*, Rio de Janeiro, n. 1070, 2005.

<sup>13</sup> SOARES, F. V. Do informal workers queue for formal jobs in Brazil? *Texto para Discussão, IPEA*, n. 1.021, 2004.

escolha por parte do trabalhador e não da falta de ocupação formal<sup>14</sup>. Destaca-se, sobretudo, que a informalidade não deve ser tratada como um resultado do mercado de trabalho, mas como determinante da oferta e demanda por mão de obra, sendo portanto endógena ao processo<sup>15</sup>.

O elevado grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro requer atenção, embora tenha reduzido de 43,6% em 2002 para 32,5% em 2012. A PNAD e PME, no período de 2002 a 2012, revela características da mão de obra e a informalidade, decompostas por atividades econômicas e por regiões metropolitanas (RM) e regiões não metropolitanas (RNM), constatando uma taxa de informalidade maior nas RNM. Decompondo a informalidade em efeitos de nível (avalia a informalidade dentro de cada grupo), e efeito composição (avalia o peso da informalidade em cada grupo), verificam que a participação dos trabalhadores escolarizados explica 60% da queda da informalidade. Considerando-se a escolaridade e experiência, a queda da participação dos trabalhadores menos instruídos e sem ou pouca experiência explicam por 80% da redução da informalidade no Brasil de 2002 a 2009 e a formalização das ocupações se dá pela transição de trabalhadores do setor informal para o formal, e absorção de desempregados pelo setor formal, colaborando para a queda da informalidade<sup>16</sup>.

O mercado de trabalho passou por uma transformação na década de 90 e, ainda, nos anos 2000. Atualmente, presenciamos alterações não vistas antes. A mulher assume papel cada vez mais expressivo no mercado de trabalho e, em paralelo, a necessidade de se repensarem as configurações existentes na sociedade, na família e atribuições desta; além de maneiras de lidar com o efeito disso, e a crise de cuidados<sup>17</sup>. A informalidade constitui uma realidade do mercado de trabalho brasileiro, as ocupações que estão experimentando oscilações na sua forma de existir, onde características não observáveis (como habilidades, flexibilidade, adaptação, iniciativa, proatividade, entre outras) começam a prevalecer.

É preciso buscar alternativas que contribuam para o aumento da produtividade do trabalhador, com melhoria da qualidade de ensino e não apenas uma expansão da oferta do serviço (Fernandes e Menezes Filho – 2002 / Pauli, Nakabashi e Sampaio – 2012). Faz-se necessário inserir o jovem no mercado de trabalho, não somente para reduzir o nível de desemprego e/ou desalento, mas para que ele tenha condição de fazer girar a economia e a sua situação pessoal de vida (Silva e Kassouf – 2002).

O mercado de trabalho lida com questões complexas e que estão interrelacionadas. Assim, olhar apenas para a dimensão do desemprego, por exemplo, e verificar que caiu um determinado percentual, não significa, necessariamente, que o mercado de trabalho está melhor. As dimensões do mercado de trabalho isoladas não contemplam o entendimento real do mercado de trabalho, portanto devem ser analisadas em conjunto. Dessa forma, justifica-se a tentativa da construção de um índice que expresse, em apenas um único número, o estado do mercado de trabalho. Informa-se de maneira sintética, a situação do mercado de trabalho; permite-se uma melhor compreensão das variáveis do mercado e suas relações, agora indicada por “um índice”.

### 3 Metodologia

Nos anos 2000, diante das grandes modificações experimentadas pelo mercado de trabalho, ao longo dos anos 90, Saboia (2000) propôs um indicador para o mercado de trabalho brasileiro, construído com base nos

<sup>14</sup> TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. M. *Informal employment in Brazil: a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach*. Mimeo, 2002.

<sup>15</sup> ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Texto para Discussão, IPEA*, Rio de Janeiro, n. 1070, 2005.

<sup>16</sup> BARBOSA FILHO, F. de H.; MOURA, R. L. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 45, n. 1, abr. 2015.

<sup>17</sup> PASSOS, L.; GUEDES, D. Participação feminina no mundo do trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 50, jan./jun. 2018.

dados da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE e baseado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Considera estatísticas de três grupos: desemprego, ocupação/informalidade e rendimento (cada grupo se transforma num indicador formado pela média ponderada de três variáveis: uma variável considerada estatística base do grupo, com peso 2 e mais duas complementares, com peso 1 cada). Esses três indicadores comporiam um indicador-síntese para o mercado de trabalho (calculado por média aritmética dos três indicadores formados por cada grupo), caracterizando as condições do mercado de trabalho, com uma variação de zero a um.

O grupo do desemprego é composto por taxa de desemprego, desemprego de longa duração e desemprego de chefes de família; o grupo do rendimento: rendimento médio real, percentual de trabalhadores que recebem menos do que o salário mínimo horário e relação entre a remuneração dos empregados com carteira e sem carteira assinada no setor privado; e o grupo de inserção: percentual de ocupados com carteira assinada, percentual de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e percentual de ocupados com 11 anos ou mais de estudo.

Para aquelas estatísticas cujo crescimento resulta na melhoria do mercado de trabalho (como exemplo, inserção ocupacional e o rendimento), o índice é calculado por:

$$I = \frac{E - E_{min}}{E_{max} - E_{min}} \quad (1)$$

$E$  é que:

$E_{min}$  é o valor da estatística escolhida,

$E_{max}$  é o seu valor máximo da variável estatística do ano-série,

$E_{min}$  é o seu valor mínimo da variável estatística do ano-série.

Para aquelas estatísticas cujo crescimento resulta na piora do mercado de trabalho (como exemplo, taxa de desemprego), o índice é calculado por:

$$I = \frac{E - E_{max}}{E_{min} - E_{max}} \quad (2)$$

Em que:

$E$  é o valor da estatística escolhida,

$E_{min}$  é o seu valor mínimo da variável estatística do ano-série,

$E_{max}$  é o seu valor máximo da variável estatística do ano-série.

Essa metodologia foi testada em relação aos anos de 1991 a 1999, para as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME<sup>18</sup>. Encontrou-se para o desemprego: tendência de piora pelas taxas de desemprego que cresceram, o percentual de desempregados há 12 meses ou mais, também mostrou tendência de aumento, e o percentual de chefes entre os desempregados mostrou-se estável no período; além disso, foram observados importantes diferenciais entre as Regiões Metropolitanas. Para a ocupação/informalidade, o percentual ocupado formal caiu fortemente em todas as Regiões Metropolitanas, assim como o percentual de ocupados

<sup>18</sup> SABOIA, J. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-146, jan./jun. 2000.

na indústria; e em resposta ao aumento de escolaridade da população brasileira nos últimos anos, o número de trabalhadores universitários cresceu em todas as seis regiões. Para o rendimento, em relação ao rendimento médio real, houve, após 1992 até 1997, um aumento; em relação à renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo, apresentou piora até 1994, melhorando após Plano Real; e, em relação à renda dos ocupados com carteira e sem carteira, também apresentou tendência de piora, seguindo a mesma trajetória.

Outra alternativa, ainda, foi a apresentação de um Índice de Tendência de Precarização (ITP) para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo<sup>19</sup>, baseado em estudo anterior, que utiliza a base de dados PED/DIEESE/SEADE e a metodologia de cálculo do IDH<sup>20</sup>, com diferenças que alcançam a não utilização do índice de Gini, e que as variáveis que fazem parte do índice derivam da PED/DIEESE/SEADE. O ITP também contempla três dimensões do mercado de trabalho (ocupação, desemprego e rendimento) e segue a mesma lógica de estudo anterior<sup>21</sup>. Cada grupo (ocupação, desemprego e rendimento) é formado por um indicador criado com base na média ponderada de um indicador-básico (peso 0,67) e um indicador-complementar (peso 0,33).

Esses pesos são utilizados como indicadores criados para chegar, por meio da média aritmética ao índice final, o ITP. Verifica-se que houve uma piora da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo entre 1995 a 2003. No período de 2004 a 2009, houve uma melhora da situação do mercado de trabalho, evidenciada pela queda do Índice de Tendência de Precarização. Olhando o resultado parcial, a dimensão da inserção do mercado de trabalho, verifica-se melhora na inserção ocupacional dos trabalhadores no mercado de trabalho metropolitano paulista, superando o resultado inicial de 1995. Na dimensão desemprego, no ano de 1995, apresentam-se os menores valores da taxa de desemprego total e do tempo médio para procura de trabalho. Por isso, o valor do índice é 0 (zero) nesse primeiro ano da série. Em 2003, o seu valor chega a 0,980, e cai para 0,210 em 2009, indicando uma tendência de melhora no desemprego entre 2004 e 2009. E, na dimensão rendimento, o índice mostra o valor de 0,330 em 1995 e 0,284 em 1997, sendo essa queda causada pelo aumento do rendimento médio real por hora dos ocupados e pela queda na diferença salarial entre os ocupados. Em 2003, o índice da dimensão rendimento foi igual a 0,919, caindo para 0,608, em 2009, indicando uma tendência de melhora da dimensão<sup>22</sup>.

Acompanhando-se a evolução do mercado de trabalho urbano das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), no período de 2003 a 2013, criou-se um indicador do mercado de trabalho. Um deles, motivado pelo IDH e outro, ainda, formado com base na análise de componentes principais (ACP). Utiliza-se os dados da PME; o primeiro indicador apresenta o mesmo método do indicador mencionado acima<sup>23</sup>; e o segundo indicador é construído com base na Análise de Componentes Principais (ACP). A extração dos componentes principais é feita com base em uma matriz de correlação dos dados iniciais. As variáveis mais importantes desse indicador são: taxa de desemprego, rendimento médio, relação de rendimentos com carteira/sem carteira, carteira assinada e subocupação, sendo também importantes desemprego de longa duração e sub-remunerada. Os pesos negativos são atribuídos a variáveis que representam aspectos desfavoráveis ao mercado de trabalho e pesos positivos às de aspecto favoráveis; e o índice resultante enumera, nas primeiras posições, as regiões com mais alta

<sup>19</sup> OLIVEIRA, M. P.; MARQUES, R. M. Discutindo uma proposta de índice de precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 22, n. 2 (40), p. 321-341, 2011.

<sup>20</sup> TONI, M. de. *Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

<sup>21</sup> SABOIA, J. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-146, jan./jun. 2000.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, M. P.; MARQUES, R. M. Discutindo uma proposta de índice de precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 22, n. 2 (40), p. 321-341, 2011.

<sup>23</sup> SABOIA, J. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-146, jan./jun. 2000.

renda, maior formalidade, menor desemprego, menor desigualdade, menor subcontratação, menor desemprego de longa duração e menor sub-remuneração. Ambos os índices indicam resultados consistentes, o que atesta a melhoria do mercado de trabalho a partir de 2004. Além de mostrar uma grande diferença entre as condições encontradas no mercado de trabalho das regiões metropolitanas do Sul/Sudeste e do Nordeste<sup>24</sup>.

O objetivo do presente artigo consiste em transformar em um índice as informações presentes sobre a força trabalho, dispostas em várias dimensões do mercado de trabalho, simplificando a informação em um único número. Será utilizada a base de dados da PNAD Contínua, por ser uma base que fornece informações de forma contínua, o que permite o acompanhamento e observação de ocorrência de alterações de comportamento dos indicadores. De abrangência nacional, a cada trimestre, são divulgadas as informações completas sobre o mercado de trabalho, e atualização da informação mensal se faz por meio de trimestres móveis, em que o ajuste do trimestre móvel se assemelha ao do trimestre convencional, sendo o processo realizado para os 12 trimestres móveis e para os 4 convencionais, e não há sobreposição de dados de um trimestre e o imediatamente anterior (a informação trimestral é nova). Além disso, a base de dados contempla informações sobre o mercado de trabalho formal e informal, considerando-se todos os tipos de trabalho nele inseridos (militar, empregado público e privado, empregador, conta própria, doméstico, e trabalhador familiar não remunerado).

A análise fatorial preocupa-se em identificar as fontes subjacentes de variação comum, ou seja, a variação em cada variável observada é atribuível aos fatores comuns ocultos e a um fator específico (interpretável como erro de medida). A análise baseia-se em correlações, seus fatores são determinados pela correlação compartilhada por um conjunto de observações<sup>25</sup>.

A base de dados utilizada é a da PNAD Contínua do 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2018, disponibilizada pelo IBGE. Toda a base foi utilizada na pesquisa, excetuando-se as pessoas com menos de 14 anos de idade. A extração dos fatores foi realizada pelo Método de Análise dos Componentes Principais (ACP). Conforme Fávero et al. (2009), o componente principal é dado pela combinação linear das variáveis originais e com a maior variância possível. Os outros componentes principais subsequentes são escolhidos para que não sejam correlacionados aos componentes principais anteriores, o que elimina o problema de multicolinearidade dos dados. Com base nos fatores gerados pela análise, é criado o índice síntese do mercado de trabalho.

Antes da Criação do índice, foi realizada a atualização dos salários (trazendo os valores dos salariais a dez-2018), usando a média trimestral do número índice da série histórica do IPCA, disponibilizada pelo IBGE. A extração dos fatores, como já mencionado, ocorreu através do Método ACP (que maximiza a variância total explicada), e os fatores foram rotacionados pelo método Varimax, preservando a ortogonalidade entre os fatores comuns. Para adequação da análise, realizaram-se os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que examinam a correlação entre as variáveis. O valor do KMO varia de 0 a 1, quanto mais próximo de um, mais adequada é a utilização da técnica; e o teste de Esfericidade Bartlett, que testa a  $H_0$ : Matriz de Correlações é igual à Matriz de Identidade, ou seja, quando  $H_0$  é rejeitada, há correlações e o modelo pode ser utilizado. Além disso, as comunalidades (também conhecida como variância comum, àquela compartilhada entre as variáveis) nos dizem o quanto cada fator captou de cada indicador<sup>26</sup>.

A Análise Estatística por meio do Método ACP, gerou fatores, que, por meio do critério da raiz característica, constituem  $\sum_{i=1}^n (\frac{r_i}{\sum r_{ij}}) v_j \sum_{i=1}^n (\frac{r_i}{\sum r_{ij}}) v_j$ ; escrito abaixo:

$$\text{Índice} = \tag{3}$$

<sup>24</sup> SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. S. Indicadores para o mercado de trabalho metropolitano no Brasil. *IE-UFRJ Discussion Paper*, TD 021, 2014.  
<sup>25</sup> FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.  
<sup>26</sup> HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.  
<sup>27</sup> FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

$\gamma_i$  = raiz característica do fator;

$v_j$  = fator extraído;

$n$  = número de fatores.

Posteriormente, o índice foi ponderado pela projeção da população no trimestre referência da pesquisa e padronizado. A padronização utilizada foi a Padronização Z, que consiste em transformar a variável em Z scores, possibilitando a eliminação de viés resultante das diferenças de escalas, sendo calculada da seguinte forma:

$$z = \frac{(X - \text{média})}{\text{desvio-padrão}} \quad (3)$$

Após esse procedimento, os Z scores são ajustados de acordo com as especificações abaixo, sendo utilizado o valor de 3,9, por ser esse comportar 100% das observações na distribuição Z, e o valor de 1,282051, que representa o fator de escalonamento da nota ( $F_{en}$ ). A amplitude da Estatística Z compreende o valor de -3,9 a +3,9 (cobrindo 100% das observações), sendo equivalente a 7,78. Como o índice criado expressa uma nota ao mercado de trabalho, em que a nota máxima é 10; distribui-se o valor do índice na amplitude da estatística Z. Assim, o fator de escalonamento da nota ( $F_{en}$ ) é estimado da seguinte forma:  $F_{en} = 10/7,78$ , o que corresponde a 1,282051. Dessa maneira, o valor -3,9 é a menor distância, em termos de estatística, que o índice poderia ter, representando o pior resultado possível do mercado de trabalho, ou seja, a nota zero (0) e o valor +3,9 é a maior distância em termos estatísticos que o índice poderia alcançar, ou seja, o melhor resultado atingível do mercado de trabalho, representando a nota dez (10), esse é o mercado de trabalho perfeito. O Índice Síntese do Mercado de Trabalho (ISMT) é calculado:

$$ISMT = \begin{cases} Z > 0, & \{10 - ((3,9 - Z) * 1,282051)\} \\ Z = 0, & 5 \\ Z < 0, & \{((Z - 3,9) * 1,282851) + 10\} \end{cases} \quad (4)$$

$Z$  = Índice ponderado e padronizado

$ISMT$  = Índice Síntese do Mercado de Trabalho

Na Figura 1, apresenta-se um resumo de como foi criado o Índice Síntese do Mercado de Trabalho. Nela podem-se visualizar as etapas do processo de criação do índice. Na Figura 2, observamos a síntese do processo de transformação do índice padronizado à nota final do mercado de trabalho, a qual é denominada Índice Síntese do Mercado de Trabalho.



é realizado pelas informações do dia 15 do mês central do trimestre móvel, da mesma forma que os trimestres convencionais. Comparando-se, ao longo do tempo, os dados do trimestre convencional aos dados de trimestre móvel: o trimestre convencional não ocorre repetição de dados entre um trimestre e o imediatamente anterior; quando se considera estimativas convencionais ou móveis numa sequência mensal, ocorre a repetição de 2 meses, sendo, apenas, os dados do 3º mês informações novas. Em relação ao 3º trimestre anterior, os dados não se repetem. Dessa forma, verificando os dados entre trimestres, não há repetição destes, as informações são todas novas<sup>29</sup>.

No sentido de aperfeiçoar a captação de informações, a partir do 4º trimestre de 2015, a PNAD Contínua reformulou premissas de outras formas de trabalho (incluindo: trabalho infantil, voluntário, cuidado de pessoas e afazeres domésticos), permitindo melhor detalhamento das atividades. A coleta dessas informações passou para 5ª entrevista do domicílio (de 2012 a 2014 era realizada na 1ª entrevista). A investigação dessas informações é realizada continuamente em 20% dos domicílios selecionados da amostra e são acumulados, compondo a informação anual. Essas alterações, de certa forma, causaram efeitos que afetam a comparabilidade com os indicadores (2012-2015), uma vez que houve uma melhora na captação das outras formas de trabalho<sup>30</sup>.

## 4 Resultados e discussão

A seguir, apresentam-se o resultado da Análise Fatorial e os testes pertinentes à análise. Na Tabela 1, observa-se que o teste KMO indica adequação da análise, mostrando o valor de 0,817, e o teste de Bartlett (p-valor: 0,000) aponta a rejeição de  $H_0$ : Matriz de Correlações é igual à Matriz de Identidade, ou seja, existe correlação entre as variáveis, constatando apropriada a análise.

**Tabela 1: testes de KMO e Bartlett**

Teste de KMO e Teste de Bartlett		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,817
Bartlett's esto f Sphericity	Approx. Chi-Square	225778900,937
	df	351
	Sig.	,000

Fonte: elaboração própria, com base no *software* SPSS.

Na Tabela 2, expressa-se o resultado da Análise Fatorial, foram extraídos 7 fatores dos 27 indicadores analisados, que explicam 64,86% da variância das variáveis, sendo o total da variância explicada, superior à média.

<sup>29</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2019*. [S.l.]: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>.

<sup>30</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2019*. [S.l.]: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>.

**Tabela 2: resultado da Análise Fatorial, Raiz Característica e Variância Explicada**

Fatores	Initial Eigenvalues			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	7,06	26,15	26,15	6,67	24,70	24,70
2	3,43	12,70	38,85	3,63	13,43	38,13
3	1,92	7,11	45,96	1,70	6,31	44,45
4	1,68	6,23	52,19	1,65	6,12	50,57
5	1,36	5,04	57,23	1,44	5,35	55,91
6	1,05	3,89	61,12	1,34	4,96	60,87
7	1,01	3,74	64,86	1,08	3,99	64,86
				17,51		

Fonte: elaboração própria, utilizando o software SPSS.

Na Tabela 3, exibem-se a comunalidade e os valores das cargas fatoriais e os respectivos fatores gerados. São apresentados em negrito os valores considerados para a formação do fator. De acordo com a literatura, não há um ponto de corte com base no qual determinada comunalidade deve ser considerada alta ou baixa. Cargas muito baixas em relação às demais podem sugerir que o pesquisador descarte a variável da análise fatorial<sup>31</sup>. Há sugestão para que se utilize cargas superiores a 0,50<sup>32</sup>. Alguns valores, no limiar da recomendação, foram adotados, por serem os valores expressivos da variável na formação do fator (por exemplo: a variável “rendimento mensal no trabalho principal” com o valor de 0,494).

Da Análise Fatorial foram extraídos 7 fatores: o Fator 1 está associado a variáveis que são relacionadas ao Trabalho Principal (horas trabalhadas, duração do trabalho/experiência e tipo de trabalho); o Fator 2 relaciona as variáveis ligadas à ocupação secundária (tipo de trabalho, horas trabalhadas, se tem carteira assinada e rendimento do trabalho secundário). O Fator 3 nos fala sobre a localização do domicílio (tipo de área — capital, resto da RM, resto RIDE, resto da UF — e se é urbano ou rural); o Fator 4 nos mostra informações sobre as pessoas residentes no domicílio (idade, grau de parentesco e número de pessoas), e o Fator 5 revela sobre outros trabalhos, trabalhos extras, pontuais ou ocasionais (rendimento mensal e horas trabalhadas). Já o Fator 6 nos comunica sobre a cor ou raça, o nível de instrução e o rendimento principal e o Fator 7 indica o sexo e se o indivíduo se encontra ocupado, subocupado, desocupado, desalentado (sua condição).

**Tabela 3: comunalidades e cargas fatoriais**

Variáveis	Comunalidades	Fatores						
		1	2	3	4	5	6	7
Situação do Domicílio (urbano ou rural)	,582	-,041	,002	<b>,752</b>	,016	,008	-,113	-,033
Tipo de área (capital, resto da RM, resto RIDE, resto da UF)	,596	-,037	,011	<b>,765</b>	-,021	-,015	,072	,055
Número de pessoas no domicílio	,480	-,015	-,007	,077	<b>,650</b>	,017	-,211	-,082
Condição de parentesco no domicílio	,524	-,150	-,020	-,092	<b>,695</b>	-,021	,024	-,089
Sexo	,612	-,276	,001	-,138	-,153	-,014	-,065	<b>,699</b>
Idade	,654	-,119	-,005	-,007	<b>-,771</b>	,009	-,061	-,202
Cor ou Raça	,631	,015	-,001	-,093	,138	,051	<b>-,773</b>	,063

<sup>31</sup> FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

<sup>32</sup> HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Variáveis	Comunalidades	Fatores						
		1	2	3	4	5	6	7
Trabalhou por pelo menos 1h, remuneradamente, na semana de referência	,860	<b>-,917</b>	-,066	,083	,014	,000	-,085	-,021
Quanto trabalho tinha na semana de referência	,972	<b>,935</b>	,303	,014	-,011	,048	,050	,032
Ocupação principal	,796	<b>,861</b>	,012	,152	-,007	-,019	-,168	-,047
Tipo de trabalho (militar, empregado público ou privado, empregador, doméstico, conta própria, trabalhador familiar não remunerado)	,746	<b>,843</b>	,046	,161	-,056	,016	,024	-,062
Atividade principal	,710	<b>,724</b>	,082	-,298	-,021	,012	,107	,281
Era temporário	,504	<b>,623</b>	,058	-,242	,117	-,015	,185	,072
Rendimento mensal no trabalho principal	,458	,392	,051	-,172	-,055	,111	<b>,494</b>	-,114
Tempo de trabalho	,886	<b>,934</b>	,060	,018	-,067	,009	,076	,011
Ocupação secundária	,775	,062	<b>,873</b>	,059	-,021	-,055	-,037	-,021
Tipo de trabalho secundário (militar...)	,808	,061	<b>,894</b>	,047	-,023	,023	,031	-,034
Atividade secundária	,758	,051	<b>,860</b>	-,041	-,013	,093	,052	,047
Carteira assinada	,418	,208	<b>,589</b>	-,068	,038	-,012	-,067	,130
Rendimento mensal no trabalho secundário	,465	,013	<b>,565</b>	-,013	-,005	,334	,171	-,062
Rendimento mensal em outros Trabalhos	,701	,004	,081	,000	-,002	<b>,833</b>	,036	-,005
Gostaria de trabalhar mais horas, que as trabalhadas?	,941	<b>,966</b>	,054	-,024	-,014	,001	,064	-,004
Nível de instrução	,671	,219	,069	-,410	,206	,017	<b>,538</b>	,343
Condição (ocupado, desempregado, subocupado, desalentado)	,415	,194	-,005	,309	,191	,031	-,009	<b>,495</b>
Horas efetivamente trabalhadas na ocupação principal	,410	<b>,612</b>	,010	-,035	,034	-,002	,017	-,179
Horas efetivamente trabalhadas na ocupação secundária	,526	,034	<b>,721</b>	,001	-,005	,047	-,006	-,048
Horas efetivamente trabalhadas em Outros trabalhos	,614	,012	,090	-,003	-,007	<b>,777</b>	-,047	,021

Fonte: elaboração própria, utilizando o *software* SPSS.

O Índice Síntese do Mercado de Trabalho (ISMT) foi criado conforme os procedimentos metodológicos elencados na seção anterior. A seguir expõem-se a análise, acompanhada da tabela de apresentação do Índice Síntese Trimestral do Mercado de Trabalho do Brasil, e o gráfico referente ao índice (Gráfico 1). Observa-se, na Tabela 4, que os valores em negrito referem-se aos melhores e piores resultados do índice no período analisado. O melhor resultado é 5,64 no 2º trimestre de 2012, refletindo o bom desempenho do mercado de trabalho, que, então, se comportava num crescente, recuperando a crise de 2008/2009, com valorização dos salários reais e crescimento das ocupações formais e taxas de desemprego e informalidade em níveis baixos.

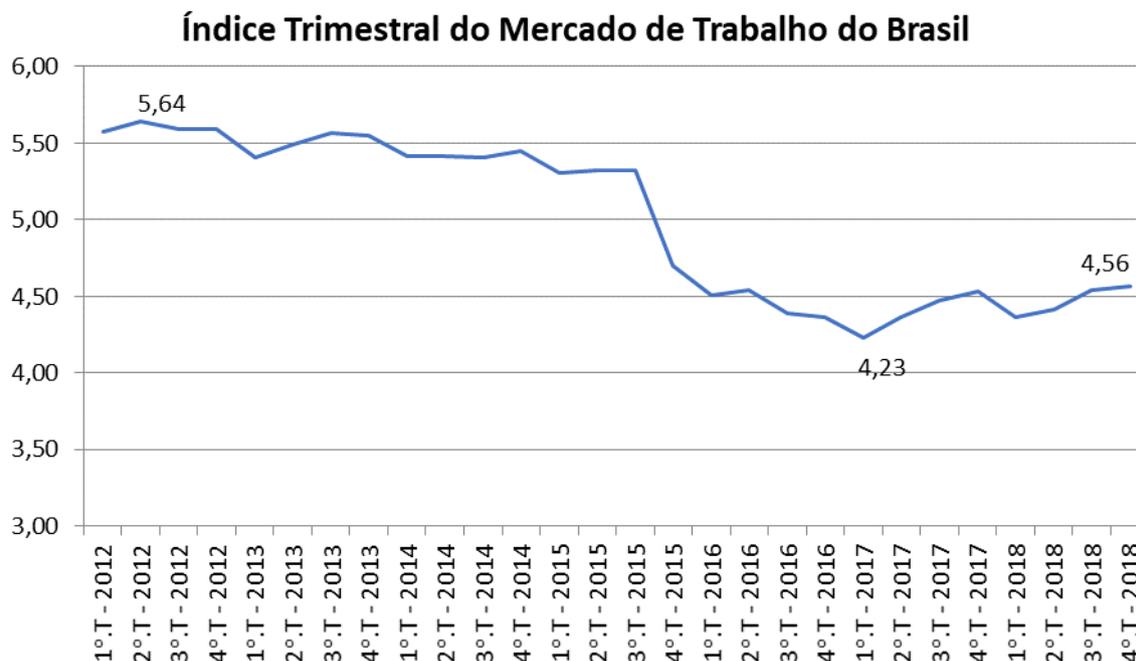
Em 2013, o crescimento do PIB ficou abaixo das expectativas e indicou perda de dinamismo, puxado principalmente pela indústria. No 4º trimestre de 2015, houve há uma queda no índice, passando de 5,32 para 4,70, a maior variação do índice no período de análise (-0,62). Essa piora das condições do mercado de trabalho se deve, principalmente, à diminuição da população ocupada. Do 2º trimestre de 2016 para o 3º trimestre de 2016, com a continuidade da recessão, não ocorreram admissões, e a taxa de desemprego aumentou; o mercado de trabalho permaneceu numa trajetória de deterioração do trabalho e de precariedade;

o índice no período variou, negativamente, 0,15 pontos e continuou essa trajetória até atingir seu valor mais baixo (4,23) no 1º trimestre de 2017.

O Índice Síntese Trimestral do Mercado de Trabalho do Brasil se mostra capaz de acompanhar os ciclos econômicos, captando a informação por meio das variáveis envolvidas em todo o contexto do mercado de trabalho e expressando, por meio dele, o momento que se encontra o mercado de trabalho, conforme Gráfico 1.

A análise também pode ser acompanhada pelo Gráfico 2. Examinando a trajetória dos fatores extraídos da Análise Fatorial, percebe-se que o Fator 1, que explica 1/4 da formação do índice, apresenta uma queda expressiva no 4º trimestre de 2015, o que explica a queda do índice. Observa-se, também, que os Fatores 2, 4 e 5 indicam tendência declinante no mesmo período. A diminuição da carteira assinada nota-se pelo Fator 2, e o rendimento de outros trabalhos, assim como trabalhos extras, também exibem redução. O Fator 7 mostra no 3º e, principalmente, no 4º trimestre de 2015, uma subida significativa, evidenciando o aumento do desemprego, da subocupação e do desalento, sinalizando o aumento da informalidade e do processo de precarização do mercado de trabalho. Além disso, o sexo está altamente correlacionado à condição em que se encontra o indivíduo (ocupado, subocupado, desempregado, desalentado).

**Gráfico 1: Índice Síntese Trimestral do Mercado de Trabalho do Brasil (0 < ISMT < 10)**



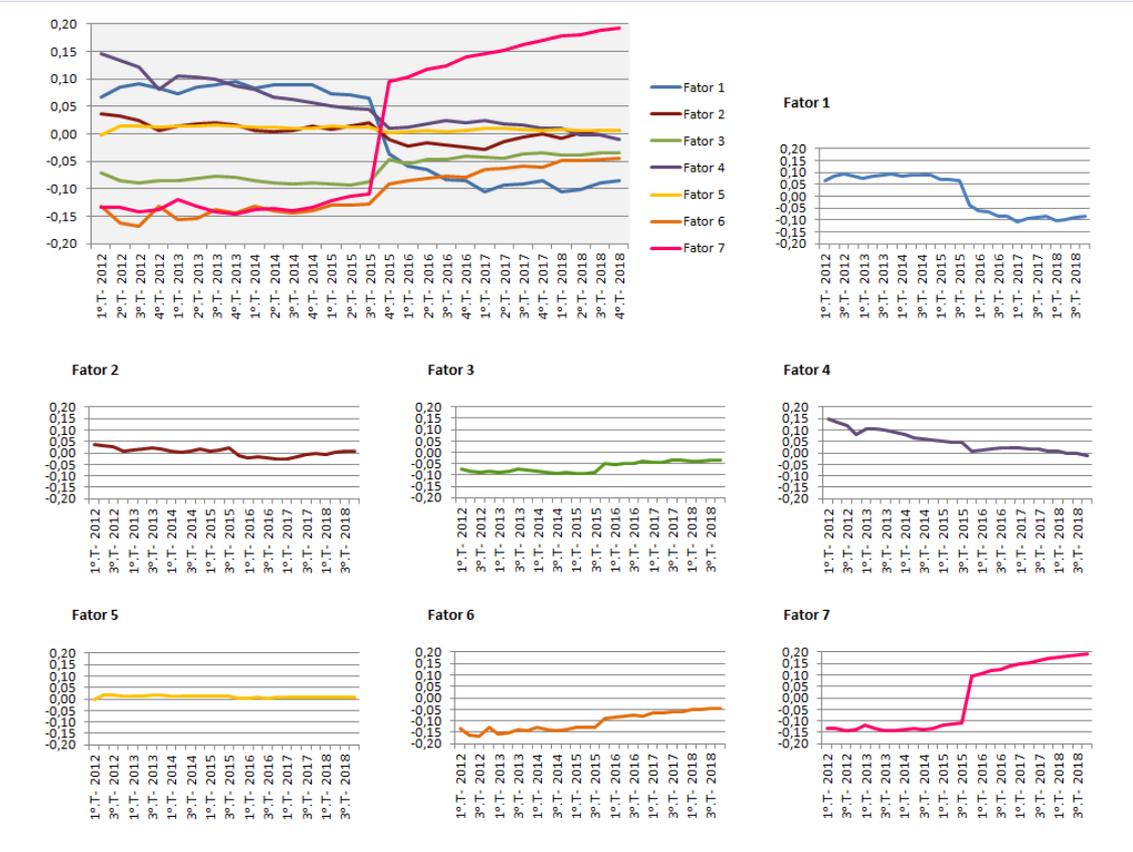
Fonte: elaboração própria.

De forma geral, o Fator 3 e 5 revelam-se relativamente estáveis no período analisado. O Fator 3 refere-se à localização do município (tipo de área — capital, resto da RM, resto da RIDE, resto da UF — e se é rural ou urbano) e o Fator 5, a trabalhos extras. O Fator 6 expressa uma tendência crescente em todo o período analisado, apontando um crescimento no nível de escolaridade do mercado de trabalho. Nota-se um aumento mais acentuado no 3º trimestre de 2015, mostrando que a crise e o desemprego afetaram os trabalhadores com um menor grau de instrução, pela exigência das ocupações com maior grau de conhecimento. Além de sugerir que a entrada do jovem no mercado de trabalho seja mais difícil, pela maior qualificação requerida.

Com a recuperação da economia, o mercado de trabalho começa a dar indícios de melhora apresentando, nos trimestres de 2017, uma elevação do índice, mostrando uma tendência modesta do emprego formal

(Fator 1 e Fator 2) e uma tendência mais expressiva do Fator 7, que capta certo grau de precariedade com a variável de subocupação.

**Gráfico 2: trajetória dos fatores de formação do Índice Síntese Trimestral de Mercado de Trabalho do Brasil**



Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 4, ademais, apresenta-se o Índice Síntese do Mercado de Trabalho para cada estado brasileiro e na sequência exibem-se os mapas do ano inicial e final do estudo, evidenciando as diferenças do mercado de trabalho brasileiro.

**Tabela 4: Índice Síntese Estadual Anual do Mercado de Trabalho dos Estados Brasileiros (0 < ISEAMT < 10)**

Índice Estadual Anual do Mercado de Trabalho dos Estados Brasileiros							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Rondônia	6,69	6,32	5,73	5,9	5,46	5,27	5,19
Acre	5,1	4,8	4,6	4,6	3,5	3,5	3,6
Amazonas	4,73	4,63	4,34	3,94	3,68	3,63	3,45
Roraima	4,34	4,97	5,22	4,46	3,45	3,38	3,55
Pará	6,91	6,61	6,44	6,39	5,68	5,68	5,54
Amapá	3,82	3,6	3,87	3,45	2,92	2,87	2,45
Tocantins	5,68	5,56	5,51	5,24	4,68	4,34	4,48
Maranhão	5,8	5,39	5,66	5,63	4,83	4,68	4,46
Piauí	6,76	6,51	6,86	6,44	4,97	4,8	5
Ceará	4,46	4,16	4,16	3,77	3,53	3,55	3,99

Índice Estadual Anual do Mercado de Trabalho dos Estados Brasileiros							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Grande do Norte	4,36	4,41	4,26	4,31	3,45	3,38	3,65
Paraíba	5,29	5,34	5,29	5,32	4,24	4,29	4,38
Pernambuco	4,43	4,14	4,29	4,02	3,33	3,21	3,6
Alagoas	<b>3,33</b>	3,6	3,5	3,11	2,84	2,55	<b>2,4</b>
Sergipe	5,83	5,78	5,95	5,71	4,68	4,38	4,63
Bahia	6,07	5,71	5,95	5,83	4,95	4,63	4,51
Minas Gerais	6,56	6,44	6,22	6,17	5,49	5,58	5,71
Espírito Santo	6,12	5,98	5,63	5,07	4,21	4,38	4,8
Rio de Janeiro	3,55	<b>3,36</b>	<b>3,04</b>	<b>2,82</b>	<b>2,26</b>	<b>2,26</b>	<b>2,4</b>
São Paulo	6,32	6,25	6,05	5,8	5,22	5,27	5,41
Paraná	7,18	7,2	7	6,49	5,9	5,95	5,9
Santa Catarina	<b>7,69</b>	7,18	7,08	6,98	6,25	<b>6,42</b>	<b>6,29</b>
Rio Grande do Sul	7,37	<b>7,47</b>	<b>7,27</b>	<b>7,03</b>	<b>6,29</b>	6,29	6,07
Mato Grosso do Sul	6,37	6,54	6,51	6,1	5,61	5,61	5,93
Mato Grosso	6,51	6,64	6,54	6,12	5,29	5,46	5,71
Goiás	5,93	5,88	5,73	5,44	4,58	4,63	4,78
Distrito Federal	4,04	4,19	3,72	3,36	2,87	2,82	2,82

Fonte: elaboração própria.

Se considerarmos um panorama trimestral do período analisado para o Brasil e seus Estados, nota-se a diversidade do mercado de trabalho brasileiro. No entanto, o ISMT permite o acompanhamento do mercado de trabalho brasileiro e a sua evolução, assim como um olhar por estado, considerando-se as características do mercado de trabalho de cada estado, possibilitando, assim, um olhar regional.

Na tabela 5, indicamos o ISMT por trimestres para os estados brasileiros, os valores grafados em vermelho são índices que apresentam nota menor que um desvio padrão em relação à média, e valores grafados em azul estão acima de um desvio padrão em relação à média.

**Tabela 5: Índice Síntese Trimestral do Mercado de Trabalho dos Estados Brasileiros**

Trimestre	Índice Trimestral do Brasil	Variação do Índice Trimestral Brasil	Índice Trimestral Estadual																										
			RO	AC	AM	RR	PA	AM	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
1º T - 2012	5,58	0,00	6,44	4,97	4,68	3,99	6,73	4,09	5,76	5,95	6,83	4,87	3,99	5,36	4,58	3,41	5,85	6,25	6,44	5,85	3,60	6,25	7,03	7,71	7,32	6,15	6,54	5,95	3,99
2º T - 2012	5,64	0,07	6,83	5,17	4,78	4,38	7,03	3,70	5,66	5,76	6,83	4,68	4,58	5,46	4,38	3,11	5,56	6,15	6,73	6,25	3,70	6,34	7,22	7,81	7,42	6,44	6,54	5,95	3,90
3º T - 2012	5,59	-0,05	6,54	4,97	4,48	4,58	6,83	3,50	5,56	5,85	6,83	4,29	4,58	5,27	4,48	3,31	5,76	6,05	6,64	6,15	3,50	6,44	7,32	7,71	7,32	6,34	6,44	5,95	4,19
4º T - 2012	5,59	0,00	6,93	5,17	4,97	4,38	7,03	3,99	5,76	5,66	6,54	3,99	4,29	5,07	4,29	3,50	6,15	5,85	6,44	6,25	3,41	6,25	7,13	7,52	7,42	6,54	6,54	5,85	4,09
1º T - 2013	5,41	-0,18	6,54	4,78	4,58	4,48	6,73	3,60	5,56	5,36	6,54	3,99	4,19	5,07	3,90	3,41	5,76	5,46	6,25	5,85	3,41	6,15	7,13	7,42	7,32	6,34	6,54	5,95	3,80
2º T - 2013	5,49	0,08	6,73	4,68	4,78	4,97	6,64	3,11	5,46	5,27	6,44	4,09	4,48	5,46	3,99	3,60	5,66	5,56	6,54	6,05	3,41	6,34	7,13	7,22	7,42	6,54	6,64	5,85	4,19
3º T - 2013	5,57	0,08	6,15	4,97	4,48	5,36	6,54	3,80	5,56	5,36	6,34	4,19	4,38	5,36	4,29	3,80	5,85	5,76	6,54	6,15	3,41	6,25	7,22	7,03	7,52	6,73	6,83	5,85	4,58
4º T - 2013	5,55	-0,01	5,85	4,78	4,68	5,07	6,54	3,90	5,66	5,36	6,73	4,38	4,58	5,46	4,38	3,60	5,85	6,05	6,44	5,85	3,21	6,25	7,32	7,03	7,62	6,54	6,54	5,85	4,19
1º T - 2014	5,41	-0,14	5,56	4,58	4,38	5,07	6,44	3,90	5,36	5,66	7,03	4,19	4,19	5,17	4,19	3,50	5,95	5,95	6,15	5,66	3,21	6,05	7,13	7,03	7,32	6,34	6,44	5,76	3,99
2º T - 2014	5,41	0,00	5,66	4,48	4,38	5,27	6,54	3,90	5,36	5,66	6,64	4,29	4,19	5,36	4,38	3,41	5,66	5,95	6,25	5,76	3,01	6,05	7,03	6,93	7,32	6,64	6,54	5,76	3,80
3º T - 2014	5,41	0,00	5,66	4,58	4,48	5,07	6,44	3,80	5,46	5,36	6,93	4,19	4,29	5,27	4,19	3,41	5,95	5,85	6,25	5,66	3,01	6,05	7,03	7,13	7,22	6,64	6,73	5,66	3,60
4º T - 2014	5,45	0,04	6,05	4,58	4,09	5,46	6,34	3,90	5,85	5,76	6,83	3,99	4,38	5,36	4,38	3,70	6,25	6,05	6,25	5,46	2,92	6,05	6,83	7,22	7,22	6,44	6,44	5,76	3,50
1º T - 2015	5,31	-0,14	5,85	4,68	4,19	4,78	6,44	3,50	5,27	5,56	6,64	3,80	4,29	5,56	4,19	3,31	6,34	6,05	6,15	5,27	2,82	5,95	6,64	7,13	7,22	6,25	6,34	5,66	3,50
2º T - 2015	5,32	0,01	5,95	4,58	3,99	4,68	6,44	3,60	5,36	5,66	6,83	3,80	4,48	5,56	4,19	3,11	5,85	5,95	6,34	5,36	3,01	5,95	6,73	7,22	7,22	6,15	6,44	5,66	3,60
3º T - 2015	5,32	0,00	6,15	4,68	4,19	4,48	6,73	3,41	5,46	5,85	6,64	3,90	4,58	5,46	4,09	3,21	5,95	5,95	6,54	5,27	3,01	5,95	6,54	7,13	7,13	6,34	6,15	5,56	3,41
4º T - 2015	4,70	-0,62	5,66	4,29	3,41	3,90	5,95	3,31	4,87	5,46	5,66	3,60	3,90	4,68	3,60	2,82	4,68	5,36	5,66	4,38	2,43	5,36	6,05	6,44	6,54	5,66	5,56	4,87	2,92
1º T - 2016	4,51	-0,20	5,56	3,90	3,60	3,80	5,85	2,62	4,68	5,27	5,17	3,41	3,31	4,58	3,50	2,82	4,87	5,07	5,36	4,19	2,33	5,27	5,95	6,34	6,34	5,36	5,17	4,68	2,72
2º T - 2016	4,54	0,03	5,66	3,60	3,90	3,90	5,66	3,01	4,87	4,78	4,97	3,70	3,60	4,29	3,41	2,82	4,87	5,07	5,56	4,38	2,23	5,17	5,85	6,15	6,25	5,76	5,46	4,78	2,82
3º T - 2016	4,39	-0,15	5,27	3,31	3,70	3,31	5,66	3,01	4,58	4,58	4,87	3,50	3,50	3,99	3,21	2,82	4,58	4,97	5,46	4,09	2,23	5,17	5,85	6,25	6,25	5,66	5,27	4,48	3,01
4º T - 2016	4,37	-0,03	5,36	3,31	3,50	2,82	5,56	3,01	4,58	4,68	4,87	3,50	3,41	4,09	3,21	2,92	4,38	4,68	5,56	4,19	2,23	5,27	5,95	6,25	6,34	5,66	5,27	4,38	2,92
1º T - 2017	4,23	-0,14	5,07	3,11	3,60	2,92	5,36	2,82	4,38	4,58	4,68	3,31	3,31	4,09	3,11	2,43	4,09	4,48	5,36	3,99	2,13	5,17	5,85	6,34	6,25	5,46	5,17	4,29	2,82
2º T - 2017	4,37	0,14	5,27	3,41	3,70	3,21	5,76	2,92	4,29	4,68	4,58	3,41	3,21	4,19	3,01	2,52	4,48	4,68	5,56	4,38	2,13	5,27	5,95	6,34	6,34	5,56	5,46	4,68	2,92
3º T - 2017	4,47	0,11	5,36	3,70	3,60	3,60	5,85	2,92	4,09	4,78	5,07	3,60	3,50	4,38	3,21	2,62	4,29	4,58	5,66	4,58	2,43	5,27	5,95	6,44	6,34	5,66	5,56	4,87	2,82
4º T - 2017	4,53	0,06	5,36	3,80	3,60	3,80	5,76	2,82	4,58	4,68	4,87	3,90	3,50	4,48	3,50	2,62	4,68	4,78	5,76	4,58	2,33	5,36	6,05	6,54	6,25	5,76	5,66	4,68	2,72
1º T - 2018	4,37	-0,17	4,97	3,60	3,50	3,70	5,36	2,43	4,38	4,48	4,48	3,80	3,41	4,29	3,60	2,33	4,48	4,58	5,56	4,48	2,33	5,27	5,85	6,34	6,15	5,76	5,46	4,68	2,62
2º T - 2018	4,41	0,05	4,97	3,41	3,21	3,50	5,56	2,52	4,38	4,48	4,97	3,90	3,60	4,29	3,60	2,13	4,58	4,48	5,76	4,78	2,33	5,36	5,95	6,25	5,95	5,85	5,66	4,78	2,92
3º T - 2018	4,54	0,13	5,36	3,70	3,60	3,50	5,66	2,52	4,58	4,48	5,27	4,09	3,80	4,48	3,60	2,52	4,48	4,58	5,85	4,97	2,43	5,46	5,85	6,34	6,05	6,05	5,76	4,78	2,82
4º T - 2018	4,56	0,02	5,46	3,70	3,50	3,50	5,56	2,33	4,58	4,38	5,27	4,19	3,80	4,48	3,60	2,62	4,97	4,38	5,66	4,97	2,52	5,56	5,95	6,25	6,15	6,05	5,95	4,87	2,92
Média	5,00	-0,04	5,79	4,23	4,06	4,20	6,18	3,28	5,07	5,21	5,91	3,95	3,98	4,88	3,86	3,05	5,28	5,38	6,02	5,17	2,81	5,76	6,52	6,84	6,83	6,09	6,04	5,28	3,40
Mínimo	4,23	-0,62	4,97	3,11	3,21	2,82	5,36	2,33	4,09	4,38	4,48	3,31	3,21	3,99	3,01	2,13	4,09	4,38	5,36	3,99	2,13	5,17	5,85	6,15	5,95	5,36	5,17	4,29	2,62
Máximo	5,64	0,14	6,93	5,17	4,97	5,46	7,03	4,09	5,85	5,95	7,03	4,87	4,58	5,56	4,58	3,80	6,34	6,25	6,73	6,25	3,70	6,44	7,32	7,81	7,62	6,73	6,83	5,95	4,58
Desvio-padrão	0,53	0,15	0,56	0,65	0,51	0,77	0,53	0,54	0,55	0,53	0,91	0,38	0,47	0,55	0,48	0,46	0,71	0,65	0,44	0,75	0,52	0,45	0,59	0,53	0,57	0,41	0,55	0,59	0,59

Fonte: Elaboração Própria

## 5 Considerações finais

Este trabalho se propôs a criar um índice, que permitisse um posicionamento do país no mercado de trabalho, de forma a informar o caminho percorrido e a tendência possível de direção. O ISMT mostrou-se capaz de acompanhar o ciclo econômico, além de refletir as particularidades de cada estado, indicando para este, também, uma orientação de percurso. O ISMT de cada estado acompanhou a tendência do índice Nacional, descrevendo uma queda expressiva das ocupações do 3º trimestre de 2015 para o 4º trimestre de 2015, seguida pelo aumento da precarização do mercado de trabalho, evidenciadas pela orientação da trajetória dos fatores extraídos pela análise fatorial que contribuíram para a formação do ISMT.

O objetivo da nota do ISMT é comunicar de forma simples, clara e direta a situação do mercado de trabalho, sendo a sua principal contribuição, o fato de poder sintetizar em apenas um número, todas as informações do mercado de trabalho. Outra contribuição é permitir ter um olhar por estado das condições do

mercado de trabalho, possibilitando, também, uma medida (nota) estadual. Assim, este artigo cumpre o seu propósito, além de reconhecer que a base de dados, adotada para criação do indicador, é uma base contínua e nacional, em que a informação é sempre nova, e acompanha o indivíduo durante o período analisado; sendo completa na sua forma de abrangência, considerando todo tipo de trabalho, seja ele regulamentado (formal) ou não (informal).

## Referências

- AMITRANO, C. R. Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. *In: CORRÊA, Vanessa Petrelli. Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BALTAR, P. Crise Econômica e Emprego no Brasil. *In: MORETTO, A.; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, J. Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.
- BALTAR, P. O crescimento da economia e o mercado de trabalho no Brasil. *Texto para Discussão, IPEA, Brasília*, n. 2036, 2015.
- BALTAR, P. Emprego e informalidade das ocupações urbanas no Brasil dos anos 90. *In: Encontro Nacional dos Estudos Populacionais da ABEP*, 11., 2016. *Anais [...]*. [S.l.]: ABEP, 2016.
- BARBOSA FILHO, F. de H.; MOURA, R. L. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 45, n. 1, abr. 2015.
- BORJAS, G. J. *Economia do trabalho*. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Crise econômica mundial: mudanças nas características do desemprego no mercado de trabalho brasileiro. *In: MORETTO, A.; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, J. Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.
- CHAHAD, J. P. Z.; MENEZES FILHO, N. A. *Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. São Paulo: Editora LTDA, 2002.
- DEDECA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/sYwxkbSHZc6H4hCtRBppGDN/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- FERNANDES, R.; MENEZES FILHO, N. A. Escolaridade e demanda relativa por trabalho: uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90. *In: CHAHAD, J. P. Z.; MENEZES FILHO, N. A. (org.). Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. São Paulo: Editora LTDA, 2002.
- HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2019*. [S.l.]: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>.

- MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.
- MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP*, 14., 2004, Caxambú, MG. *Anais [...]*. [S.l.]: ABEP, 2004.
- OLIVEIRA, M. P.; MARQUES, R. M. Discutindo uma proposta de índice de precarização para o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 22, n. 2 (40), p. 321-341, 2011.
- OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, set./out. 2011.
- PASSOS, L.; GUEDES, D. Participação feminina no mundo do trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 50, jan./jun. 2018.
- PAULI, R. C. de; NAKABASHI, L.; SAMPAIO, A. V. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 459-478, jul./set. 2012.
- POCHMANN, M. Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. *In: MORETTO, A; KREIN, J. D.; POCHMANN, M.; MACAMBIRA, J. Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.
- SABOIA, J. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-146, jan./jun. 2000.
- SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. S. Indicadores para o mercado de trabalho metropolitano no Brasil. *IE-UFRJ Discussion Paper*, TD 021, 2014.
- SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.
- SOARES, F. V. Do informal workers queue for formal jobs in Brazil? *Texto para Discussão, IPEA*, n. 1.021, 2004.
- TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. M. *Informal employment in Brazil: a choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach*. Mimeo, 2002.
- TONI, M. de. *Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Texto para Discussão, IPEA*, Rio de Janeiro, n. 1070, 2005.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico [www.rbpp.uniceub.br](http://www.rbpp.uniceub.br)  
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.